

**CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2020
RELGES 2020**

Castelo, ES, março de 2021

Unidade Administrativa: Câmara Municipal de Castelo/ES.

Documento: Relatório de Gestão.

Abreviatura: RELGES.

Natureza: Relatório.

Matéria(s): orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

Exercício: 2020.

Data de Elaboração: 08/03/2021.

Responsáveis: Warlen César Bortoli (Presidente de 01/01/2020 a 31/12/2020) e Felipe Scabello Silva (Secretário de Administração).

Base normativa: artigo 137, II, do RITCEES - Resolução TC nº 261/2013.

1 – INTRODUÇÃO:

Este documento, denominado Relatório de Gestão ou RELGES, relata e analisa os principais atos e fatos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial da Câmara Municipal de Castelo, Espírito Santo, no exercício de 2020, com o objetivo de integrar as contas anuais do Poder Legislativo.

2 – FUNDAMENTO NORMATIVO:

O fundamento normativo deste relatório é o artigo 137, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - Resolução TCE/ES nº 261/2013, e suas modificações posteriores, determinando que a partir do exercício de 2013, inclusive, as contas do Legislativo fossem acompanhadas do RELGES.

3 – FINALIDADES:

Em linhas gerais o artigo 3º, inciso VIII, da Instrução Normativa TCE/ES nº 43/2017 conceitua o RELGES como sendo

“(...) relatório contendo informações de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas”

A segunda parte do dispositivo esclarece a sua principal finalidade: *“permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da*

conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis.”

Mais do que isso o RELGES, além de relatar e expor os fatos do passado, dando uma visão sistêmica da administração num determinado período, pode servir de base para orientar e auxiliar a tomada de decisões futuras, objetivando o aperfeiçoamento da gestão pública e o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração, notadamente o da eficiência, sendo estas as diretrizes que orientaram este trabalho.

4 – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS:

A elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2020 iniciou-se com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 3.942, de 06/09/2019, onde foram traçadas as diretrizes gerais para o orçamento municipal, incluindo o da Câmara, que contém, genericamente, algumas metas e objetivos do Poder Legislativo, tais como construção, reforma e/ou ampliação da sede; manutenção das atividades; despesas com pessoal e manutenção do regime próprio de previdência em extinção.

Tais aspirações consubstanciaram-se na Lei Orçamentária Anual, Lei nº 3.959, de 18/12/2019, destinando à Câmara R\$ 4.277.714,70 para o exercício de 2020, equivalentes a 4,05% do orçamento geral do Município de Castelo, que naquele exercício foi estimado em R\$ 105.520.000,00.

Isso representou, em relação ao exercício de 2019, um aumento de R\$ 303.141,14, ou 7,62%, considerando que a previsão orçamentária

da Câmara para 2019 foi de R\$ 3.974.573,56, ou 4,07% do total do orçamento geral do Município, naquele exercício estimado em R\$ 97.569.085,00.

Ressalta-se que o Poder Legislativo, com o aumento de sua receita para o exercício de 2020, conseguiu cumprir adequadamente suas metas e promover a execução de seus projetos, mesmo que, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a perspectiva de uma queda brusca de receita fora uma constante em todo o exercício, o que poderia redundar na redução do orçamento da Câmara, o que entretanto, não se concretizou.

Para o exercício de 2021 o orçamento da Câmara foi fixado em R\$ 4.847.178,24, equivalente a 4,68% do orçamento geral do Município - Lei nº 4.022, de 01/12/2020, estimado em total R\$ 103.473.000,00, representando um acréscimo de R\$ 569.463,54 em relação ao exercício de 2019, equivalentes a 13,31%, consentâneo à realidade inflacionária do país e capaz atender as despesas da Câmara, embora tal quadro inspire prudência nos investimentos de maior monta, frisando que para 2021 deve-se considerar ainda o risco de queda de arrecadação já que presentemente a pandemia do coronavírus ainda persiste, com reflexos negativos não só na saúde mas na economia, podendo afetar, conseqüentemente, a arrecadação dos entes públicos .

A tabela abaixo demonstra as evoluções orçamentárias nos exercícios de 2013 a 2021:

Exercício	Orçamento Municipal (R\$)	Orçamento da Câmara (R\$)	Percentual Orçamento Municipal	Diferença Exercício Anterior (R\$)	Diferença Exercício Anterior
2013	75.997.000,00	2.942.905,97	3,87%	-	-
2014	91.496.800,00	2.948.127,00	3,23%	+ 5.221,03	+ 0,17%
2015	91.120.000,00	3.103.127,00	3,41%	+ 155.000,00	+ 5,25%
2016	88.432.971,79	3.496.000,00	3,95%	+ 392.873,00	+ 12,66%
2017	79.692.100,00	3.710.000,00	4,66%	+ 214.000,00	+ 6,12%
2018	84.700.000,00	3.847.000,00	4,54%	+ 137.000,00	+ 3,69%
2019	97.569.085,00	3.974.573,56	4,07%	+ 127.573,56	+ 3,31%
2020	105.520.000,00	4.277.714,70	4,05%	+ 303.141,14	+ 7,62%
2021	103.473.000,00	4.847.178,24	4,68%	+ 569.463,54	+ 13,31%

5 – ASPECTOS FINANCEIROS:

No aspecto financeiro não houve grandes inovações no exercício de 2020.

Em 2013, com o aumento do número de vereadores e do valor dos subsídios para a legislatura finda em 2016, as despesas com os edis aumentaram em 91,29% em relação à legislatura anterior (2009-2012), nada que, no entanto, tenha comprometido as finanças da Câmara nos exercícios de 2013 a 2016, considerando que em nenhum desses anos foi concedida à edilidade a revisão geral anual

prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal, nem mesmo direitos indenizatórios como 13º subsídios e outros de mesma natureza.

Já no exercício de 2020, último ano da legislatura iniciada em 2017, o investimento com subsídios ficou estagnado, pois não houve o reajuste de subsídios, permanecendo o valor previsto para a anterior, de R\$ 4.900,00 mensais (Lei Municipal nº 3.272/2012), não sendo concedida em 2020, igualmente, revisão geral anual dos subsídios dos vereadores nem pagamentos de outros direitos como 13º salário e 1/3 de férias, ao contrário: por força da Lei nº 3.993, de 15/07/2020, os subsídios dos vereadores foram reduzidos em 10% nos meses de julho, agosto e setembro de 2020, o que contribuiu para a estabilização das despesas com os agentes políticos.

Ainda em matéria de subsídios os futuros gestores devem estar atentos para o exercício de 2021, já que a partir de 1º de janeiro deste ano o valor dos subsídios mensais dos vereadores passará de R\$ 4.900,00 para R\$ 6.900,00, prevendo-se também o pagamento de 13º salário e 1/3 de férias, o que aumentará as despesas em R\$ 372.320,00 anuais, já incluídos os encargos sociais, despesa, entretanto, que aparentemente será absorvida pelo orçamento do Poder Legislativo, que para este exercício cresceu 13,31%, ou R\$ 569.463,54, em relação ao exercício anterior, sem contar que o percentual da despesa com pessoal da Câmara em 2020 foi de 2,41% da receita corrente líquida do Município de Castelo, demonstrando, ao menos presentemente, a possibilidade de suportar esses investimentos.

De resto, em 2020 não houve relevantes alterações nos investimentos em matéria de pessoal, constituindo exceção à regra a nomeação, no

mês de janeiro, de servidor efetivo no cargo de Técnico em Contabilidade, impacto de aproximadamente R\$ 24.920,43 anuais em 2020, e a revisão geral anual concedida pela Lei nº 4.027, de 16/12/2020, cujo impacto no exercício de 2020 foi estimado em R\$ 36.330,80, o que, mesmo assim, não comprometeu as finanças nem os limites legais e constitucionais.

Talvez por isso o total da despesa com pessoal do Poder Legislativo em 2020 tenha ficado em R\$ 2.703.185,52 – 2,41% da receita corrente líquida do Município, contra 2,61% em 2019, 2,87% em 2018 e 2,97% em 2017, demonstrando seguidas quedas anuais neste quesito, tendência que deve ser modificada, entretanto, a partir deste exercício, com o aumento dos subsídios dos vereadores.

Mesmo assim, para o ano de 2021 o gestor deve levar em conta alguns fatores que podem majorar tais investimentos: além dos subsídios dos vereadores, a Câmara realizou concurso público, devidamente homologado, possuindo nomeações pendentes, o que poderá ensejar despesas anuais de R\$ 171.885,13, já incluindo os encargos sociais, razão pela qual a execução financeiro-orçamentária dessas despesas deve ser acompanhada com atenção para que tal equilíbrio seja mantido.

Quadra salientar que em 2020 ainda houve sobra de recursos financeiros, o que permitiu a devolução à Prefeitura, o que demonstra que a Câmara conseguiu cumprir suas obrigações financeiras com todos os servidores, vereadores e fornecedores e ainda economizar e devolver recursos.

6 – ASPECTOS OPERACIONAIS:

Ao longo de 2020 a Câmara procurou munir-se dos instrumentos necessários para atender suas demandas e cumprir suas finalidades.

Nenhuma inovação substancial ocorreu em relação a 2019, sendo celebrados apenas os contratos ordinariamente feitos, que envolvem os setores de publicidade e comunicação (precipuamente rádio) e administrativos, que incluem contratos para fornecimento de cópias reprográficas, materiais de consumo como papéis, envelopes e capas de processos e combustível, citando de maneira excepcional apenas a contratação de serviços de reforma do prédio da Câmara, no valor global de R\$ 58.110,34 (contrato nº 08/2020 e seu aditivo), em decorrência da maior enchente que assolou o município causando danos às instalações da Câmara, despesas que, entretanto, foram suficientemente comportadas pelo orçamento.

De resto, é imperioso ao Poder Legislativo buscar o equilíbrio nas suas ações, com planejamento e cautela na assunção de grandes obrigações financeiras, especialmente as de caráter continuado com pessoal, que consome boa parte de seu orçamento, notadamente no contexto da atual pandemia, que parece ainda persistir em 2021.

7 – ASPECTOS PATRIMONIAIS:

O ano de 2020 não registrou nenhuma mudança substancial no acervo patrimonial da Câmara.

Ela é detentora de apenas um imóvel, qual seja, o de nº 118 da Av. Getúlio Vargas, Bairro Baixa Itália, Município de Castelo, ES, o qual lhe serve de sede.

Quanto aos móveis, os existentes sofreram as depreciações ordinárias, sem haver, no entanto, nenhum tipo de bem cujo desgaste, pelo seu uso ou outro fator determinante, tenha sido extraordinariamente alto.

No mais, as aquisições mais relevantes de bens permanentes cingiram-se a onze mesas e dois tampos de granito (valor global de R\$ 5.640,00) e sessenta cadeiras para o plenário (valor global de R\$ 8.064,60) porque os bens anteriormente existentes naquele local foram inutilizados pela enchente de janeiro de 2020.

8 – ASPECTOS FISCAIS:

Este relatório abordou os aspectos orçamentário e financeiro da Câmara, apontando receitas e despesas e a evolução desses elementos ao longo do exercício passado.

Considerando que o Poder Legislativo tem como fonte exclusiva de receita os repasses dos duodécimos pela Prefeitura e que por tal motivo nenhuma medida administrativa resultará no aumento da sua receita, as únicas ações adotadas foram e serão aquelas que objetivam a austeridade nas contas públicas, aplicando a economicidade na execução dos recursos como meio de obter equilíbrio entre receitas e despesas, o que, até o momento, vem surtindo o efeito desejado.

Neste aspecto o desempenho da Câmara pode ser considerado bom, pois, além de cumprir todos os seus encargos com pessoal e fornecedores, ainda conseguiu devolver recursos financeiros e

orçamentários à Prefeitura em 2020, considerando que em 2021, dependendo das ações administrativas a serem implementadas, o panorama de economia deve continuar, ainda mais porque o orçamento do Legislativo foi reajustado em 13,31%.

9 – CONCLUSÃO:

Após a breve explanação concluímos que o ano de 2020 foi marcado pela constante atuação legislativa e administrativa da Câmara Municipal de Castelo, que buscou a realização de suas atividades e projetos como meio de cumprir suas finalidades institucionais, sem colocar em risco, por outro lado, a sua capacidade financeira, orçamentária e fiscal.

Mais que analisar os atos e fatos do passado, noutros momentos foram apresentadas sugestões, eis que o planejamento das ações conduzirá, certamente, a uma melhor aplicação dos recursos, permitindo alcançar economia e eficiência no serviço público em favor da austeridade e do equilíbrio fiscal.

Este relatório não tem pretensão de ser exauriente, já que a matéria é ampla, variável e comporta inúmeras interpretações, devendo registrar que seu principal objetivo é demonstrar, de maneira clara e sucinta, os principais aspectos do Poder Legislativo, não só para permitir uma análise sistêmica desses atos, e a possibilidade de cotejá-los com outros, mas para ajudar no crescimento da Câmara e do Município de Castelo, apontando as possíveis imperfeições e acertos daquilo que foi analisado, sempre em prol do direito, do interesse público e do bem comum, esperando que todos os gestores e responsáveis continuem a refletir este importante pensamento.

Castelo, ES, 08 de março de 2021.

FELIPE SCABELLO SILVA

Secretário de Administração

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO PELA PRESIDÊNCIA

Após a análise do relatório em epígrafe (RELGES exercício 2020), aprovo o documento supra, razão pelo qual, em sinal de minha ciência e concordância, assino-o juntamente com o(s) responsável(is). Em 08/03/2021.

TIAGO DE SOUZA

Presidente